

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : 46

DATA : 29 05 90

PG. : A-4

ESG admite 'recurso da guerra' na Amazônia

Eugenio Novaes - 9.Mai.90

RICARDO ARNT
Da Reportagem Local

A Escola Superior de Guerra (ESG) admite que o Estado "pode recorrer ao recurso extremo da guerra para superar as pressões que dificultam ou impedem a conquista dos "Objetivos Nacionais Permanentes" na Amazônia. O documento "Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001" considera como alvos passíveis dessa ação extrema o contrabando, o narcotráfico e as organizações não-governamentais indígenas e preservacionistas.

Nas cinco páginas intituladas "órbices", do capítulo "Políticas e Estratégias para a Amazônia", o documento da ESG menciona três vezes a possibilidade do recurso à guerra contra as organizações não-governamentais que, segundo o trabalho, atuam a favor da internacionalização da Amazônia, retardamento do seu desenvolvimento, desnacionalização do brasileiro e criação de enclaves indígenas e antropológicos.

Segundo a ESG, a idéia de "governo próprio em áreas indígenas" é uma "permanente tentativa externa de internacionalizar partes da Amazônia, a começar pelos enclaves indígenas, utilizados pelas organizações não-governamentais (ONGs) como ponta-de-lança na discussão das questões da Amazônia, certamente com, no mínimo, a complacência dos governos onde estão as sedes dessas organizações, geralmente em países centrais ou quase-centrais da área ideológica patrimonial dos EUA, Europa e Japão".

O documento não contempla a possibilidade da existência de or-

ganizações não-governamentais civis brasileiras na Amazônia. Identifica, entretanto, a fusão de "um certo apoio da mídia nacional e uma parte da área artística e intelectual, nacional, assim como de setores da Igreja e empresas multinacionais, aos pleitos gerenciais dessas ONGs".

A ESG diz que o "ativismo preservacionista" quer "manter adormecido o potencial econômico amazônico brasileiro", reduzindo a liberdade de ação do país no trato dos problemas da Amazônia, já que "existe uma idéia preservacionista de quase intocabilidade dos recursos".

Segundo o documento, a "desnacionalização do brasileiro" é um movimento internacional difuso para a internacionalização da Amazônia "a começar pela criação de áreas onde os seus habitantes atuais deixassem de ser submetidos ao controle e ação do Estado brasileiro, sendo desnacionalizados como cidadãos da pátria, um primeiro passo para a aceitação geral de áreas liberadas politicamente do Brasil com apoio internacional".

Quanto às pressões para a "preservação radical da cultura indígena", o documento afirma que "pela via da antropologia aplicada, onde se pretende que o interesse internacional prevaleça sobre os objetivos nacionais permanentes de integração nacional, as pressões tentam impor sanções globais ao Brasil, com respaldo num direito internacional que coloque o país na condição de réu não-preservador de grupos indígenas em extinção".



O secretário-geral da Presidência, Marcos Coimbra

Coimbra integra equipe

Da Reportagem Local

O documento "Estrutura do Poder Nacional para o Ano 2001", que tem como subtítulo "1990-2000: a Década Vital por um Brasil Moderno e Democrático", dedica-se, em três volumes, segundo o general-de-exército Oswaldo Muniz Oliva, comandante e diretor de estudos da Escola Superior de Guerra, a "contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade brasileira, mediante a pesquisa e o debate de opções político-estratégicas democráticas para a solução dos problemas nacionais".

O trabalho foi coordenado pelo professor Jayme Magrassi de Sá e contou com a participação de estagiários da escola e membros

do seu corpo permanente, entre os quais o professor Marcos Coimbra, 62, secretário-geral da Presidência da República. É resultado de 12 meses de trabalho. Uma versão preliminar foi divulgada em 7 de setembro de 1989. A versão definitiva é de 15 de março de 1990. A ESG colocou "a sua verdade por escrito e à disposição dos brasileiros de boa vontade e índole democrática".

Na apresentação, o general Oliva afirma que a ESG tem "a humildade para respeitar os que discordarem das posições colocadas, resultantes de uma nacionalidade dialógica dos que aqui militam". O trabalho manifesta a certeza de que "a sua verdade não é obrigatoriamente a única, impositiva, inflexível e autoritária".

(RA)

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: AM-Militares
 Data 29.05.90 Pg.: 47

Ailton Krenak, 36, coordenador nacional da UNI:

"As conclusões da ESG são absurdas porque a sobrevivência dos povos indígenas diz respeito à integridade da nação brasileira".

Márcio Santilli, 34, diretor do Núcleo de Direitos Indígenas de Brasília:

"Todos sabem que o mundo mudou, mas a ESG permanece atolada no manguê de conceitos mecânicos e anacrônicos sobre a história e a política do Brasil".

Sérgio Haddad, 40, secretário-geral adjunto do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI:

"A criminalização das ONGs revela que a ESG ainda está na pré-história da democracia".

Marco Terena, 37, candidato a deputado federal pelo PT/DF:

"O documento da ESG é uma resposta afrontosa à orientação do presidente Collor aos diplomatas brasileiros de anunciarem ao mundo que no Brasil se respeita a dignidade étnica das populações indígenas e o ambiente".

Antônio Macedo, 38, coordenador do Conselho Nacional dos Seringueiros na região do Vale do Juruá (AC): "As pretensões da ESG representam a manutenção da ditadura e significam uma forte ameaça à soberania democrática"

Mary Alegretti, 42, presidente do Instituto de Estudos Amazônicos: Por que o Brasil é o único país do mundo onde as organizações da sociedade civil são consideradas ameaça à segurança nacional? E os militares se arvoram representantes do pensamento da sociedade? Gostaríamos de discutir com a ESG esses conceitos".